



DF- Brasília

# Próteses urbanas em Brasília

ALDO PAVIANI

Geógrafo urbano, pesquisador associado da UnB

**Q**uando analisamos a urbanização do Distrito Federal (DF), é importante levar em conta não apenas o quadrilátero definido para abrigar Brasília, mas também sua área metropolitana (AMB). Essa ainda não está oficialmente delimitada de direito, mas possui as características funcionais de metrópole de fato. Assim, o Plano Piloto foi concebido para abrigar a capital federal, significando um sítio urbano fechado. A constelação urbana que se formou no processo desmontou o mito do planejamento "racional" (tão decantado nos meios oficiais e na mídia). E por que tal desmonte? A resposta encontra-se na criação de Taguatinga, a primeira cidade-satélite, em 1958. Com o novo núcleo, inaugurou-se um ciclo de centrifugação de população, não abrigada no Plano Piloto. Para esse, conforme o relatório do respeitado urbanista Lucio Costa, o destino e principal característica seria "a função governamental. Em torno dela, se agrupam todas as outras funções e, para ela, tudo converge".

Cabe considerar que a capital do Brasil é o DF urbano e não apenas o Plano Piloto, o centro da cidade. Os demais núcleos compõem o aglomerado metropolitano do DF, juntamente com os municípios limítrofes. A despeito de seus fundadores terem pensado em cidades-satélites, elas foram criadas como complementos da capital. Aliás, sem as cidades-satélites Brasília não se viabilizaria. O espaço existente entre os núcleos não tira do

DF a singularidade de sua geografia urbana polinucleada, que se materializou no processo de urbanização local.

O Plano Piloto abrigou os poderes da República e induziu a periferização dos baixos escalões de servidores do governo e serviços. Ao longo do processo, os menos aquinhoados receberam lotes e fincaram suas moradias em 29 regiões administrativas (RAs). Há, além das RAs, centenas de loteamentos, regulares ou não, que se constituem em núcleos com formas e funções urbanas. De início, ficaram conhecidos como condomínios rurais, de iniciativa privada. Muitos resultaram de grilagem de terras públicas ou particulares e são verdadeiro nó na questão fundiária do DF — tal como fica patente na CPI da Grilagem—relatório final, da Câmara Legislativa do DF (1995).

O relatório mostra a omissão de diversos governos em combater a grilagem e oferecer à população programas habitacionais tanto para os de menor poder aquisitivo quanto para a classe média baixa. Nos dias correntes, o GDF procura regularizar os condomínios e trazê-los à legalidade, sujeita ao pagamento de impostos, independentemente de estarem ou não agredindo nascentes, matas ciliares ou áreas geomorfologicamente desaconselhadas à ocupação habitacional, suscetíveis a erosões.

Para a classe média alta, todavia, há sucessivas ofertas de espaços residenciais. Fatos consumados são os empreendimentos imobiliários de vulto, como o de Águas Claras, Sudoeste (e respectiva ampliação) e o polêmico

Noroeste. As iniciativas imobiliárias se implantam em áreas de cerrado, nas quais há nascentes que serão afogadas por asfalto e cimento. No Noroeste, há o ainda não resolvido problema da ocupação indígena da terra. Na nomenclatura burocrática, os indígenas serão "erradicados por serem invasores". Expulsos da terra que, por certo, pertenceu a seus ancestrais, esses brasileiros natos verão sua oca dar lugar a apartamentos e instalações luxuosas, lucrativas para os empreendedores imobiliários e para os cofres públicos.

Nessa direção, parece que o processo não se estancará: disseminam-se no território outros assentamentos como o Catetinho, uma sabida reserva de cerrado ralo e do aquífero do DF. Os mananciais do Catetinho servem para a captação de água potável pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb).

Considera-se que as atividades imobiliárias devem ter mais transparência e debate com a população. Aventa-se, por fim, que a gestão do território do DF deve ser assumida pelos atuais e futuros governantes com visão de futuro. Lembra-se de que a terra disponível é um bem finito e que, por isso, se deve pensar em espaços para as gerações futuras, com a preservação do ambiente total, homem, plantas, águas e animais nele incluídos. Ademais, implantadas essas "próteses urbanas" (termo cunhado pelo inesquecível geógrafo Milton Santos), elas devem ser assumidas como irreversíveis, trazendo impactos sucessivos sobre os atuais ocupantes do espaço, mas com maior amplitude sobre os que nos sucederem.